



Há uma linha das contas portuguesas que não pára de crescer, a dívida do Estado

FRANÇOIS LENOIR /REUTERS

a Grécia avance com uma reestruturação é cada vez mais alta. Da Alemanha a ex-responsáveis do FMI, são várias as vozes que avisam: quanto mais tarde pior. Ou seja, quanto mais a dívida crescer, maior terá de ser o corte nos pagamentos e maior será o risco de contágio – a banca europeia tem uma exposição de 1,662 bilhões de euros às economias de Portugal, Irlanda, Espanha e Grécia.

Ontem, Alessandro Leipold, ex-director do FMI para a Europa, voltou a tocar na ferida para que ninguém quer olhar: a inevitabilidade da reestruturação da dívida grega. “Façam-na o mais cedo possível, façam-na preventivamente e, se possível, façam-na numa base voluntária.” Antes cedo e de forma controlada que tarde e pressionados, foi a mensagem num artigo que ontem publicou sobre o seu estudo: “Lições das Anteriores Reestruturações de Dívida Soberana”. Neste artigo, Leipold indica que as consequências de não se proceder já a uma reestruturação da dívida em casos como, por exemplo, o da Grécia serão várias, como o aumento dos prejuízos, resgates muito maiores ou a exigência de maiores “haircuts” à dívida. A opinião é partilhada pelos próprios credores de dívida grega, conforme o i deu conta na sua edição de 26 de Abril.

Segundo um estudo do Citigroup, “acreditamos que a maioria [dos credores] admite a necessidade do haircut, sobretudo porque a austeridade não está a produzir os efeitos desejados. Neste ponto, os credores querem racionalmente minimizar as perdas. Por exemplo, para baixar o rácio da dívida para 90% do PIB, o haircut teria de ser de 52% em 2011, 63% em 2012 e 68% em 2013 ou 70% em 2014 e 2015”. Quanto mais esperam, mais se acumula dívida e maior a probabilidade de o haircut necessário ser grande. “Uma das lições das economias emergentes é que, se for necessário reestruturar dívida, é melhor fazê-lo mais cedo do que mais tarde”, observou também Athanasios Vamvakidis, do Bank of America/Merrill Lynch, avisando contudo que “no caso de haver risco de contágio e vulnerabilidades no sector financeiro é melhor esperar”. Jürgen Stark, economista-chefe do Banco Central Europeu, concorda com esta última ideia: “Uma reestruturação de dívida num país do euro arriscaria desencadear uma crise bancária que, em último caso, excederia os efeitos do Lehman Brothers”, cuja falência custou 150 mil milhões. A maior falência da história foi a da Argentina: 90 mil milhões.

Mas há que considerar ainda o agravamento de alguns cenários subjacentes a estas contas. Os 145% de rácio dívida/PIB destas contas resultam de contas sem os juros do empréstimo do FMI; de um cenário em que não há mais revisões surpreendentes das contas nacionais; ou em que a austeridade não aprofunda a recessão actual. Qualquer destes três pressupostos tem uma grande probabilidade de se agravar. Será também em 2013 que entrará em vigor o novo Mecanismo Europeu de Estabilidade. O sucessor do actual FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira), que prevê reduções (haircuts) “adequadas” nas dívidas do Estado antes de ser activado. O mecanismo tem preferência em relação aos restantes credores do país em caso de incumprimento.

O caso grego é sintomático do que pode ocorrer com Portugal. A pressão para que

AS MEDIDAS TOMADAS NA GRÉCIA E NA IRLANDA

GRÉCIA

Corte do subsídio de férias e de Natal para todos os empregados públicos que ganhem mais de 3000€/mês brutos.

Público Reduzir os subsídios de 8% a 20% no sector público e 3% nas empresas públicas.

Uniformizar O acordo colectivo garante 14 salários/ano. Não houve aumentos em 2010 e prevê-se aumentos de 1,5 a 1,7% para 2011 e 2012.

Impostos Imposição de um imposto de uma única vez às empresas que tenham tido mais de 100 000€ de lucro em 2009, de entre 4% e 8%. Alarga os limites para despedimentos e respectivas indemnizações, que podem ser pagas bimestralmente.

Pensões Corte dos subsídios de férias e Natal para todos os pensionistas que recebam mais de 2500€/mês brutos. Pensões congeladas até 2013.

IVA Taxas de IVA aumentadas de 5% para 5,5%, de 10% para 11% e de 21% para 23%.

IRLANDA

Recapitalização global da banca para restabelecer a credibilidade no sistema.

Défice O défice orçamental deve situar-se em 10,5% do PIB em 2011 e 3% em 2015.

Emprego Adoptada uma Iniciativa de Emprego para estimular o emprego dentro das metas fiscais acordadas.

Mercado Alterações legislativas para eliminar restrições ao comércio e à concorrência em sectores protegidos, incluindo a advocacia, serviços médicos e profissão farmacêutica.
M. B. S.

Banca espanhola com 5 mil milhões de dívida lusa

A banca espanhola tem pouco menos de 5 mil milhões de euros em dívida pública portuguesa. Segundo os dados divulgados ontem pelo Banco de Espanha, a exposição do sector à economia portuguesa era, no final do ano passado, de 63,5 mil milhões de euros. Já a exposição dos grupos bancários à dívida do Estado português representa 5,7% da exposição ao país, acrescentam os mesmos dados, ou seja, 5 mil milhões.

O Banco de Espanha desvalorizou o impacto da crise portuguesa nas instituições bancárias do país, uma vez que o volume de financiamento representa apenas 1,7% do activo consolidado da banca espanhola. Ainda assim, o regulador sublinhou que se deve distinguir os bancos com uma presença directa em Portugal, onde a exposição é mais directa e as perdas têm de ser reflectidas de imediato, designadamente nos resultados das operações no mercado nacional. Nesse sentido, o Santander é o grupo espanhol mais exposto, seguido do BBVA. Aliás, o Santander Totta registou uma forte queda nos lucros do primeiro trimestre em Portugal, de 47,7%, que traduziu já o impacto do processo de deslavancagem em curso na banca a operar em Portugal. Mais, o regulador espanhol assinala que as filiais em Portugal são o principal canal de contágio de uma crise, mas volta a desvalorizar o efeito, já que as operações no nosso país representam apenas 0,2% do actual total do sector bancário.

Em relação à dívida pública, o Banco de Espanha realça que as perdas potenciais já estão reconhecidas nos balanços dos bancos. Por outro lado, o financiamento da banca espanhola a grupos portugueses “não é particularmente relevante” e está concentrada nos principais bancos nacionais.

Segundo o Bank of International Settlements, a exposição das principais economias europeias a Portugal – incluindo a suíça –, ascendia no final do ano passado a 125 mil milhões de euros, a maior parte dos quais em mãos espanholas. Segue-se a economia alemã, exposta em pouco menos de 25 mil milhões de euros a Portugal. França e Reino Unido, por seu turno, têm cada perto de 17 mil milhões de euros em dívida da economia portuguesa, ao passo que Itália e Holanda detêm em conjunto perto de 8 mil milhões de euros.

Além dos países europeus, onde ainda se conta a Suíça – com uma exposição de 2 mil milhões –, também os Estados Unidos entram nos principais credores da economia nacional, com uma exposição total de 3,6 mil milhões de euros, contabilizada no final de 2010.

A. S. e F.P.C.